

Bom, vamos dar sequência, para passar a palavra à defensora Alessandra Bentes. Seja bem-vinda, defensora, e v. sa. tem a palavra.

A SRA. ALESSANDRA BENTES - Bom-dia, deputado, bom-dia a todos e todas, bom-dia aos professores, com os quais a gente tem tratado desse assunto já algum tempo. Mas o deputado Waldeck ainda não sabe como a Defensoria chegou até essa questão, então vou fazer um breve esclarecimento.

Como eu disse inicialmente, eu sou Alessandra Bentes, eu sou defensora pública do 4º Núcleo de Tutela Coletiva, que abrande os municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo e Nilópolis. Essa minha atribuição é para que a gente possa ter um olhar do ponto de vista coletivo, e não só individual, como era atualmente realizado pela Defensoria; mas, sim, do ponto de vista coletivo para essas pessoas e todos os impactos que os assuntos possam causar dentro do município. E, aí, há cerca de alguns meses eu fui convidada pelo professor Alex Magalhães para ingressar nesse corpo de debates relativo ao Campo do Bomba, tendo em vista que existem ali interesses não só ambientais, mas também como os professores já explicaram brilhantemente - aliás, professor Sebastião Raulino, eu gostei muito da sua apresentação. Se fosse possível disponibilizá-la para nós, eu já agradecería. Mas existem impactos muito bem colocados aqui do ponto de vista do direito à moradia, dos aspectos urbanísticos relativos ao direito à cidade e, principalmente, vou dizer que um aspecto muito ligado ao direito à Saúde, que é o problema do saneamento, tendo em vista que exatamente por conta da falta de saneamento que existe não só no Município de Caxias pontualmente, mas no município como um todo.

A gente sabe que Duque de Caxias tem um saneamento extremamente precário e isso preocupa muito a partir do momento em que os técnicos, e, aí, deputado, eu não sou técnica, eu sou defensora pública, eu não entendo da área ambiental e geográfica. Porém, eu acho que aí, portanto, diante do nosso desconhecimento técnico, a gente precisa de fato ouvir quem entende, que são os acadêmicos que estão se prestando a fazer esses acompanhamentos e o pessoal do Inea, que obviamente e naturalmente por conta da sua função tem essa atribuição.

Então, é muito importante inicialmente que a Alerj tome parte nesses debates, porque a gente sabe também que além de todos esses problemas que já foram falados esse impacto não se restringe a Duque de Caxias, ele tem todo um entorno naqueles municípios de, como já foi citado também, São João, Nilópolis, Belford Roxo, enfim, toda essa região. E é importante, então, que a gente traga para esse contexto de Região Metropolitana e de... É um contexto que transcende ali o limite do município. A minha proposta aqui como defensora, além de observar esses debates e me colocar à disposição da sociedade civil e das autoridades competentes, como normalmente a gente faz, mas a minha proposta é que os levantamentos que sejam feitos... E eu já falei isso numa audiência anterior que nós tivemos.

Mas a minha proposta é que esses levantamentos levem em conta também o ponto de vista do impacto na moradia e do impacto na saúde que vai ser decorrente dessas eventuais inundações e até do problema do saneamento. Eu sugiro inclusive que sejam feitos estudos. E aí, do ponto de vista comparativo, estudos que levem em consideração a opinião da academia, a opinião do Inea, que é o órgão técnico, e obviamente, por conta da necessidade de contraditório, a opinião da prefeitura. Mas que, a partir do momento em que esses estudos forem isentos e forem levados à comparação, eu acho que aí, sim, é possível se falar em eventual ocupação. Mas, como os professores e o próprio Inea aqui já falou, diante das circunstâncias que existem em relação àquela área, é uma situação bastante preocupante, porque isso, de verdade, vai impactar todo aquele entorno ali.

Bom, a minha fala era essa. Muito obrigada a todos e todas. E continuo aqui à disposição dos senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Muito obrigado, defensora Alessandra Bentes, por sua manifestação. A apresentação feita pelo professor Sebastião Raulino já está disponível aqui no chat. Então, já pode ser baixada.

Eu quero registrar e agradecer a presença do secretário Leandro Guimarães, secretário de urbanismo de Duque de Caxias, cuja presença é muito bem-vinda na nossa audiência. Já vou lhe passar a palavra em breve, secretário.

Eu quero registrar a presença, também entre nós, do deputado Eliomar Coelho, que é membro da nossa Comissão da Região Metropolitana.

Então, feitos esses registros, a gente estava, assim... Inclusive, é o senhor, sabe, Leandro? Pela participação da prefeitura aqui, porque é uma interlocutora importantíssima nesse debate. E que certamente está aberta ao diálogo e ao debate, como é próprio aí do poder público.

Então, secretário Leandro Guimarães, por gentileza, o senhor tem a palavra. Mais uma vez, seja bem-vindo à nossa audiência.

O SR. LEANDRO GUIMARÃES - Bom-dia, deputado. Bom-dia a todos membros da Mesa. Bom-dia a todos os participantes desta audiência pública. Primeiramente, gostaria de pedir desculpa pela demora em estar participando da audiência, mas eu estava acompanhando desde o início. Eu tive um problema somente com o link. Assisti ao que o professor Sebastião falou, o professor Adacto, enfim. São pessoas realmente que a gente já está se encontrando em outras audiências deste tema. Mas só para deixar claro que a prefeitura estava presente, mas que agora a gente vai poder realmente apresentar um outro ponto de vista, um outro cenário, para que a gente consiga cada vez mais contribuir para essa maravilhosa audiência pública, que é uma iniciativa ímpar e que realmente é de muita importância não só para o Município de Duque de Caxias, mas para toda a Região Metropolitana.

Essa área, deputado, é uma área de mais ou menos 3 milhões de metros quadrados. Ela realmente é uma área muito importante, no coração do Município de Duque de Caxias e a prefeitura está empenhada em estar apresentando esse projeto. A gente já participou de outras audiências, a gente está com o Ministério Público Federal diariamente, tocando esse assunto. O nosso procurador da república, José Araújo, está participando conosco de todas essas discussões.

O que eu gostaria de esclarecer? A gente tem nessa região, na beira dos rios Iguaçú e Sarapuá, já realmente uma ocupação desordenada, que foi uma ocupação de décadas nessa região. A prefeitura, nos últimos anos, principalmente nos últimos quatro anos, ficou muito empenhada em fazer o reassentamento de diversas famílias, para que a gente justamente conseguisse fazer não só a manutenção, mas fazer a desocupação das margens do rio. A gente tem um exemplo agora do Rio Sarapuá, que a gente, de dois anos para cá, reassentou 1.245 famílias, onde a gente retirou essas pessoas que moravam na beira do Rio Sarapuá, quase que dentro do corpo hídrico, para que a gente pudesse dar realmente um imóvel digno, para que essas pessoas pudessem criar suas famílias. E, dessa forma, a gente conseguiu liberar esse trecho e a gente está conseguindo, cada vez mais, fazer com que essa área consiga respirar.

Então, seria uma incoerência muito grande da prefeitura a gente estar trabalhando no reassentamento dessas famílias, na liberação das áreas, e a gente ter um projeto de ocupação dessa área do Campo do Bomba que fosse inconsequente, não é essa a postura da prefeitura. A prefeitura está muito consciente nesse projeto. Porque, só para a gente poder ter uma noção geográfica dessa área: a gente tem uma área, próxima ao Rio Sarapuá, de mais ou menos trezentos mil metros quadrados, que tem uma ocupação irregular, que é a comunidade do Dique 2. A gente tem, por trás do Campo do Bomba, a área conhecida como Bairro São Bento, que é uma área de mais de quatro milhões de metros quadrados, que foi 100% ocupada irregularmente entre o Rio Sarapuá e o Rio Iguaçú. Então, uma área semelhante ao Campo do Bomba, que, no passado, não teve uma intervenção do poder público, não teve realmente uma forma, que também era uma área de propriedade do Inkra, que foi 100% ocupada, 100% aterrada, 100% adensada e que agravou realmente para que toda essa população, que, hoje, a gente tem ali quase cem mil pessoas morando naquela região, que realmente prejudica ainda mais toda essa questão de enchente, que é um dos principais focos que a gente tem nessa discussão.

A gente tem, também, deputado, ao lado da área do Rio Iguaçú, que é um bairro chamado Pilar, que é uma área de dois milhões e meio de metros quadrados, ou seja, é uma outra do tamanho do Campo do Bomba, que também sofreu uma ocupação desordenada e que também, hoje, prejudica toda aquela região.

Então, a postura da prefeitura está sendo a seguinte: a área do Campo do Bomba é uma área que já está sofrendo invasões. É uma área pertencente ao Inkra, é uma área que o Inkra não tem condição técnica de estar cobrindo as ocupações irregulares. A gente tem um problema social muito crônico nessa área. Diversas famílias já estão morando no final do terreno do Campo do Bomba, entre o Rio Iguaçú e o Rio Sarapuá, na beira da linha férrea, nós temos a comunidade chamada Dique 2, chamada Ribeirinho. E nós temos a comunidade chamada Ribeirinho, que segue toda aquela linha férrea.

Hoje, a gente tinha ali trezentas famílias no Dique 2, onde a prefeitura já fez o reassentamento de duzentas famílias. Então, a gente tem ali um remanescente do Dique 2 de cem famílias. E, na beira da linha férrea, de mais cem. Ou seja, nós temos ainda duzentas famílias nesse prisco.

Qual é a preocupação que a prefeitura tem em relação a essa ocupação desordenada? Essa área, deputado, de quase três milhões de metros quadrados, é o dobro da metragem da comunidade da Rocinha, por exemplo. E ela já está sendo ocupada irregularmente, desordenadamente. E o caminho que essa área está levando é de que, no futuro, muito próximo, porque, se a gente pegar imagem do Google Earth, por exemplo, nós retroagimos dez anos, toda aquele entorno, a gente vai ver que, dez anos atrás, a gente não tinha quase ocupação, e hoje aquela área está 100% adensada. Essa região do Campo do Bomba está seguindo os mesmos passos. Se o poder público não intervir, a gente vai ter, realmente, uma gigantesca área ocupada desordenada. E, aí, professor Adacto, eu concordo plenamente com o que o senhor falou, realmente se não tiver uma intervenção daquela área ali de uma forma inteligente, a gente realmente vai ter problemas drásticos em relação à drenagem, que vai, sim, principalmente porque a gente está aqui, toda aquela área montante ali sendo prejudicada.

Com essa teoria é que a prefeitura está muito preocupada. Quando a prefeitura propõe fazer uma área de Cearj. O que é uma área de Cearj? Primeiro, que a gente tem uma dificuldade em relação a realmente uma questão de abastecimento, a nossa Região Metropolitana que cada vez mais cresce. A gente, somente com o Ceasa, ali, em Irajá, a gente já está com as nossas limitações físicas comprometidas. É uma área limitada, é uma área ocupada de comunidades no entorno, é uma área próxima à Avenida Brasil, que já está sofrendo com congestionamentos. Enfim, que a gente já tem diversos problemas naquela região, que já não consegue mais crescer.

Então, a proposta da prefeitura de criar o Cearj, que vai ser um outro centro de abastecimento. Justamente para que a gente possa garantir a todos os agricultores, enfim, a toda a população da Região Metropolitana, mais uma opção de ser abastecida. Para que a gente não tenha problema de desabastecimento nos próximos anos. Agora, toda essa região, é uma região muito grande, a gente tem diversos serviços correlatos. O professor Sebastião estava muito preocupado em relação ao interesse público nessa área, então, quando a gente fala de serviços correlatos a gente está caracterizando essa área principalmente para atender o setor de comércio, esse setor de agricultura, e aí o que acontece? Diversos segmentos fazem parte também desse projeto. Eu não consigo manter ali somente uma área de abastecimento se eu não tenho no entorno, por exemplo, uma área que me garanta fazer uma manutenção num caminho, de ter posto de abastecimento, de a gente ter áreas de restaurante para que os próprios funcionários, os usuários dessa área possam se alimentar, a gente ter ali um posto de policiamento, uma área reservada ao Corpo de Bombeiros, a gente ter, enfim, diversos projetos, diversos equipamentos públicos e/ou privados para que a gente possa utilizar nessa área. Agora, o que é importante, deputado, a gente deixar claro? Qual é o programa que é preciso o senhor criar para mim? Essa área é do Inkra, é uma área que a prefeitura solicita doação para que a gente dê prosseguimento a esse projeto, porém essa área nunca deixará de ser pública, a intervenção que está fazendo é uma concessão para que interessados em alavancar os negócios na região possam fazer investimentos privados naquela região. O nosso modelo é uma concessão para que no final do período essa área retorne para o município, ou seja, o município está recebendo a área do Inkra, está fazendo esse grande centro, está fazendo uma concessão com o privado para que o privado possa fazer investimento privado nessa área, a gente desenvolve e no final da concessão esta área volta para o município, ou seja, essa área nunca deixará de ter a característica de uma área pública, no futuro, quando essa área voltar para o município, o município poderá explorar essa área da forma que achar melhor, sabendo que o Inkra também está garantido nessa concessão com uma parcela dessa região.

Então, esse centro de abastecimento também terá uma área destinada ao Inkra para que ele possa utilizar os diversos programas que o superintendente do Rio de Janeiro, que está fazendo um excelente trabalho, consiga, realmente, alavancar diversos empreendimentos para essa área. Agora, qual é também um outro ponto de vista que a prefeitura está trabalhando? Toda essa área que já foi ocupada nas últimas décadas no entorno, o bairro do Pilau, o bairro do São Bento, que são os bairros mais preocupados com as enchentes naquela região, a nossa proposta é que com a implantação desse centro de abastecimento todas as medidas compensatórias e mitigatórias sejam realmente aplicadas nesse entorno, para que a gente consiga mitigar, realmente, esse problema hidrológico. Por isso que o professor Paulo Canedo, da Coppe, está conosco neste projeto, ele já estuda essa área há bastante tempo, já tem uma modelagem pronta, professor Adacto, o senhor, também, que é mestre em hidrologia, doutor nessa área, enfim, a gente apresentou esse projeto numa audiência para o Ministério Público Federal. Eu coloco aqui, deputado, até, disponível também essa apresentação, para que a gente possa também convidar o professor Paulo Canedo, assim como o professor Adacto, que já se manifestou favorável a participar dessa discussão, para que a gente possa, numa forma consciente, pegar todos esses estudos que já foram feitos, que já têm, realmente, condições de serem apresentados, para assim como a gente apresentou no Ministério Público, a gente também apresente para a Alerj, para que gente cada vez mais faça com que as pessoas tenham segurança no que estão fazendo, para que a gente possa cada vez mais mostrar o compromisso que a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias tem com aquela região ali, porque principalmente esse recurso privado é o que vai garantir as medidas compensatórias para o entorno. A gente só combate a pobreza com riqueza, e é esse o recurso que a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias espera conquistar, para que a gente possa empregar em todo aquele entorno.

Então, esse projeto do Cearj, o que a gente pretende é fazer com que esse empreendimento melhore a qualidade de vida de todo o entorno. A gente vai melhorar gerando emprego porque aquela região tem um índice de desemprego muito grande, então a gente vai ter ali uma área realmente que a gente, no final desse processo a gente espera ter ali cinquenta mil empregos diretos e indiretos, desde a fase de construção até operação, então, é um projeto significativo, onde aquele entorno vai ser o maior beneficiário com essa geração de emprego e renda. Ao mesmo tempo que essas empresas que virão com as medidas compensatórias o município conseguirá junto e em parceria com Inea, a gente dar as mãos para que a gente consiga realmente fazer com que esse entorno amenize melhor as condições.

Essa é a proposta da prefeitura, é fazer uma ocupação ordenada daquela área para que a Secretaria de Urbanismo que a gente consiga definir parâmetros urbanísticos e arquitetônicos para que a gente tenha edificações mais lineares, para que a gente tenha menos área adensada, para que a gente realmente tenha ali diversas outras políticas públicas empregadas naquela região, sustentabilidade, enfim, para que a gente consiga pensar aquela região ali de uma forma macro e que a gente consiga cada vez mais mostrar o interesse público daquela área, porque o maior prejuízo vai ser a omissão do poder público, principalmente da prefeitura e do Inkra, que são dois órgãos que estão diretamente vinculados a essa área. Se a gente continuar tendo ocupação irregular daqui a pouco a gente tem aí duas comu-

nidades da Rocinha implantadas naquela região e aí a gente não vai ter condição de realmente fazer nenhum trabalho social naquela área, nenhum trabalho ambiental e essa é uma preocupação muito grande nossa. É a gente fazer a destinação daquela área de uma forma bem consciente para que a gente consiga realmente atender a todos os interesses e garantir que aquele entorno seja beneficiado por essa obra.

Eu estou aberto a qualquer questionamento, a qualquer pergunta, deputado, é sempre um prazer participar de uma audiência pública. E, aí, eu retorno a palavra para o senhor; e fico aqui no aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, secretário Leandro Guimarães, por sua participação, eu justamente ia pedir se vossa senhoria podia ficar mais um pouco conosco na audiência, porque tem questões que certamente serão levantadas. Mas, antes de mais nada, eu quero deixar bem claro que eu abri a audiência dizendo que achava a ideia importante, achava que a iniciativa era importante, que deve prosperar, ou seja, ter uma central de abastecimento em Caxias com repercussão sobre toda a Baixada e sobre a Região Metropolitana. O questionamento que a audiência faz, o centro da audiência não é sobre o empreendimento, de modo algum, mas sobre a adequação da área para sediar o empreendimento, esse é o objeto da nossa audiência; mas a iniciativa é meritória e deve prosperar.

Eu queria passar a palavra agora ao dr. Bernardo Santoro, presidente do Instituto Rio Metrópole; obrigado por sua presença, presidente, o senhor tem a palavra.

O SR. BERNARDO SANTORO - Caro, deputado Waldeck, sempre um prazer estar aqui compartilhando a sua presença, demais deputados presentes, deputado Eliomar Coelho estou vendo aqui, não sei se tem mais algum, mas fica aí o meu abraço a todos, demais autoridades e membros da sociedade civil.

Eu só queria deixar posto aqui para a comissão, como sempre faço, o Instituto Rio Metrópole como instrumento para catalisar essas demandas, até o presente momento deixando claro: o Instituto Rio Metrópole não sofreu nenhum tipo de provocação no sentido de discutir esse tema, motivo pelo qual o Instituto Rio Metrópole no presente momento não possui uma posição definida sobre o tema.

Então, se vocês tiverem interesse em efetivamente provocar o instituto e tentar em algum nível debater essa questão, tanto internamente aqui no instituto através de algum ofício, que seja, ou, então, deputado, se você tiver interesse em convocar o Conselho Consultivo para trabalhar essa demanda, eu estou à disposição aqui para a gente fazer isso acontecer, está bom?

No mais, parabéns aí, acompanhei toda a audiência pública até o momento, me enriqueci muito com os debates, eu desconhecia as nuances da situação, óbvio que eu conhecia a situação macro, mas as nuances do debate eu desconhecia.

Então, aprendi muito hoje e agradeço aos outros palestrantes que tiveram oportunidade de falar nessa audiência pública e me mantenho a disposição em nome do Instituto Rio Metrópole para que esse debate possa ter a contribuição também do órgão executivo da Região Metropolitana. De novo meu muito obrigado, um grande abraço a todos; e continuo aqui caladinho ouvindo e aprendendo.

Grande abraço.
O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Presidente Bernardo Santoro, agradeço demais e já aceito a sua sugestão; e já lanço o convite ao secretário Leandro Guimarães para que a gente possa fazer uma nova rodada até o final do mês de junho e quem sabe poderia ser, presidente Bernardo Santoro, consulte vossa senhoria, uma audiência conjunta da comissão e do Conselho Consultivo do Instituto Rio Metrópole. Podíamos promover em conjunto uma nova rodada de debates, secretário Leandro Guimarães, por favor, fazemos questão de convidar o professor Paulo Canedo, será bem-vindo para o debate.

Então, eu já deixo aqui esse encaminhamento, presidente, se vossa senhoria concordar, até o final do mês de junho a gente faria uma nova rodada conjunta do Instituto Rio Metrópole, através do seu Conselho Consultivo, com a Assembleia Legislativa, através da nossa comissão.

O SR. BERNARDO SANTORO - Perfeito, deputado, só vou pedir um favor, para você mandar um ofício, só para a gente fazer isso... Um protocolo direitinho; e, aí, sendo isso, eu dando o ok, faço a convocação do Conselho Consultivo de acordo com a data que te for pertinente, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Perfeitamente, será feito já no início da próxima semana, será feito esse expediente já no início da próxima semana.

Bom, eu passo a palavra antes de a gente fazer algumas rodadas, uma última rodada de perguntas e questionamentos ao secretário.

Querida passar a palavra ao deputado Eliomar Coelho e em seguida nós vão exibir o vídeo que nos foi encaminhado pelo procurador Júlio José Araújo Junior. Mas, o deputado Eliomar Coelho está presente, é membro da Comissão da Região Metropolitana. Eu passo a palavra ao deputado Eliomar Coelho, por favor. Seja bem-vindo, como sempre, meu querido companheiro Eliomar Coelho.

O SR. ELIOMAR COELHO - Bom-dia, deputado Waldeck Carneiro, que está presidindo essa audiência pública. Quero saudar os presentes e apenas pontuar pouca coisa, porque eu cheguei meio atrasado, estava em outro... Resolvendo outras paradas. Sexta-feira é um dia que eu tiro para resolver coisas pessoais, mas de qualquer maneira eu ouvi um pouco e ouvi a intervenção do secretário Leandro. Eu vou me prender. O que acontece é o seguinte eu não sei o que, blá-blá-blá, que vai... Que se não tiver um plano diretor que defina as diretrizes de uso e ocupação do solo, que defina as diretrizes do desenvolvimento urbano da cidade, que não defina as diretrizes da questão de saneamento básico, que não defina sobre a questão ambiental.

Então, não vai se resolver problemas das ocupações irregulares única e exclusivamente através de intervenções pontuais. Aliás, intervenções pontuais têm dado como resultado a não solução dos problemas. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, não se fez mais intervenções pontuais nessa cidade, por conta de preparar a cidade para receber exatamente os tais dos megaeventos e está aí, não resolve o problema, porque também fazer a intervenção pontual para privilegiar ou atender uma necessidade única e exclusivamente do setor privado, não é por aí também que a coisa vai dar certo.

Então, pelo que eu ouvi é preocupante, mas veja o seguinte o próprio secretário apontou, pelo menos, na sua intervenção identificando várias áreas de ocupação irregular e esta área como é uma área enorme, de milhões de metros quadrados, segundo ele, dobro da área, por exemplo, do bairro Rocinha, da comunidade Rocinha. Quer dizer, realmente, é uma área muito grande. É uma área onde você pode construir uma cidade pequena, mas pode construir uma cidade, e não é chegar e... Veja bem, eu não tenho nada contra se fazer o empreendimento, eu não tenho nada contra a Ceasa, um outro centro de abastecimento existir lá, mas não é isso que vai garantir esse desenvolvimento ordenado. Quer dizer, há uma intervenção pontual e o crescimento começa, continua acontecendo de forma desordenada, inclusive a gente deva ter um certo cuidado para não acontecer, por exemplo, o que está acontecendo hoje, por exemplo, com o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. O Arco Metropolitano é uma beleza. Quem passou lá nos primeiros dias. Quem passa hoje já vê o grande desastre que foi aquilo ali. Por quê? Porque se resolveu apenas fazer uma intervenção pontual. Não se preocupou, exatamente, com o planejamento do desenvolvimento, uso e ocupação do solo, como que deveria acontecer por conta exatamente, do assentamento ou da rea-